

D. Jorge Ortega

CONSTRUIR A **CASA SOBRE A ROCHA**

*Se o Senhor não edificar a casa,
em vão trabalham os construtores*

Carta Pastoral

Braga / 2017

Título: CONSTRUIR A CASA SOBRE A ROCHA

Edição: Arquidiocese de Braga

Execução Gráfica: Empresa do Diário do Minho, Lda.

2.ª edição: 500 exemplares

D. Jorge Ortiga

CONSTRUIR A **CASA SOBRE A ROCHA**

*Se o Senhor não edificar a casa,
em vão trabalham os construtores*

Carta Pastoral

Braga / 2017

CONSTRUIR A CASA SOBRE A ROCHA

***Se o Senhor não edificar a casa,
em vão trabalham os construtores***

Introdução

“A alegria do amor que se vive nas famílias é também o júbilo de Igreja” (AL 1). É nesta atitude de júbilo que acolhemos a Exortação Apostólica *Amoris Laetitia* que o Papa Francisco ofereceu à Igreja no final dos dois sínodos dos bispos sobre a família no mundo atual. Agradecemos ao Santo Padre o seu olhar positivo, o seu estímulo e as suas propostas para uma renovação da pastoral matrimonial e familiar perante as dificuldades e os desafios que os casais e as famílias hoje têm de enfrentar e superar.

Numa linguagem simples e concreta, o Papa Francisco conduz-nos a descobrir antes de mais a beleza e o valor do matrimónio cristão. Matrimónio e família são um dom de Deus e, simultaneamente, uma vocação e missão específicas do ser humano.

“O matrimónio e a família recebem de Cristo, através da Igreja, a graça para testemunhar o Evangelho do amor de Deus. O sacramento do matrimónio não é uma convenção social, um rito vazio ou o mero sinal externo dum compromisso. O sacramento é um dom para a santificação e a salvação dos esposos” (AL 71-72), para a sua missão familiar, para o seu caminho de felicidade.

A Exortação *Amoris Laetitia* convida-nos a uma profunda renovação da pastoral familiar. Como adiante se referirá (cf. nn. 8; 12), é premente sublinhar a extrema necessidade de uma formação mais profunda e contínua de agentes pastorais que possam acompanhar as famílias nas suas diferentes fases de vida, incluindo as famílias “feridas” que necessitem de cuidados particulares ou percursos de discernimento aprofundado. Mais, “para que as famílias possam ser sujeitos cada vez mais ativos da pastoral familiar, requer-se um ‘esforço evangelizador e catequético dirigido à família’, que a oriente nesta direção” (AL 200).

A riqueza da Exortação exige uma profunda leitura que este documento não pretende, de modo nenhum, substituir. Temas como o namoro ou a viuvez e o lugar dos idosos na família são de uma importância crucial e de grande delicadeza. Assim também, nas situações de

ruptura matrimonial, o acompanhamento das pessoas divorciadas que permanecem sozinhas ou, na situação das famílias monoparentais, o acompanhamento das mães solteiras revela-se um assunto que a Igreja não pode, absolutamente, negligenciar.

Acolhendo o convite da Exortação Apostólica, sem pretender, como acima se disse, resumir ou substituir a sua leitura nem tratar todos os assuntos nela abordados, o presente documento procura apenas sublinhar resumidamente algumas orientações para esta renovação pastoral, nomeadamente no que respeita à preparação para o matrimónio, ao acompanhamento de casais jovens e à integração eclesial dos divorciados que vivem em nova união.

I Educar para a alegria do amor na família

1. Educar é um processo de autonomização e personalização construído na relação interpessoal. Significa “conduzir para fora”, fazer “desabrochar”. Uma pessoa educada é alguém que vive para fora de si, que deixa vir à luz, que desenvolve, que faz crescer o mais profundo de si, os valores, os princípios, aquilo que é. Educar é personalizar. Ora, é na família que aprendemos a ser quem somos e que nos tornamos pessoas, porque “a família é a primeira escola dos valores humanos, onde

se aprende o bom uso da liberdade” (AL 274). A vida em família revela-se uma escola especial, com um dinamismo muito próprio, já que todos são, cada um à sua medida, professores e alunos. Os pais aprendem à medida que exercem a paternidade, os filhos aprendem o respeito filial e os irmãos alargam o seu eu à fraternidade, aprendendo a partilhar os espaços, os bens e a própria vida. “Esta aprendizagem, por vezes penosa, é uma verdadeira escola de sociabilidade” (AL 195). Educar na família implica, por isso, formar para a verdadeira liberdade, para o verdadeiro amor que exige a justiça e a partilha, e para a verdadeira alegria, aquela “alegria do Evangelho [que] enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus” (*Evangelii gaudium*, 1).

2. Educar para a liberdade significa ajudar a percorrer o itinerário do “apetecer” ao “querer”. Não se é livre quando se faz o que apetece, mas quando se age segundo o querer mais profundo. Quem só faz o que lhe apetece ou age impulsivamente, é escravo dos seus apetites e impulsos. “Uma tarefa importantíssima das famílias é educar para a capacidade de esperar (...) Quando as crianças ou os adolescentes não são educados para aceitar que algumas coisas devem esperar, tornam-se prepotentes, submetem tudo à satisfação

das suas necessidades imediatas e crescem com o vício do «tudo e súbito» (...) Ao contrário, quando se educa para aprender a adiar algumas coisas e esperar o momento oportuno, ensina-se o que significa ser senhor de si mesmo, autónomo face aos seus próprios impulsos.” (AL 275). Uma pessoa verdadeiramente livre é aquela que é capaz de se libertar ultimamente de si mesmo, do seu ego, do seu egoísmo. A liberdade não é escolher entre o bem e o mal (seria ainda apenas o livre arbítrio); é libertar-se de todo o mal e optar pelo bem. Por isso, aprender a não agir impulsivamente, mas saber esperar é uma grande aprendizagem para a liberdade. “Há um ponto em que o amor do casal alcança a máxima libertação e se torna um espaço de sã autonomia: quando cada um descobre que o outro não é seu, mas tem um proprietário muito mais importante, o seu único Senhor” (AL 320). Numa sociedade que insiste em estruturar-se e afirmar-se pelos direitos individuais, a fidelidade a um compromisso para a vida é radicalmente contra-cultural. O compromisso é visto como um atentado à autonomia individual. Mas, paradoxalmente – de facto, só em aparente paradoxo –, ser livre é comprometer-se; ser livre é prender-se para sempre a alguém. Educar para a liberdade é, portanto, educar para a fidelidade.

3. Educar para o amor exige esta liberdade, pois “só se podem casar aqueles que se escolhem livremente e se amam” (AL 217). E o amor não se pode “reduzir a mera atração ou vaga afetividade”, porque isto faria com que o casamento sofresse de uma extrema fragilidade (*ibid.*). Um dos grandes equívocos dos nossos tempos é confundir sentimentos com vontade, gostar com amar. Mas, de facto, gostar não é amar. Gostar cabe no horizonte dos sentimentos, ao passo que amar pertence ao âmbito da vontade mais profunda. Amar é uma opção da liberdade. É um ato da vontade. Não é gostar, mas sim querer o bem do outro, mesmo quando é difícil gostar. O amor permanece quando a paixão se desvanece ou o gosto se ausenta. Porque amar é uma decisão. “Não é possível prometer que teremos os mesmos sentimentos durante a vida inteira; mas podemos (...) comprometer-nos a amar-nos e a viver unidos até que a morte nos separe (...). O amor, que nos prometemos, supera toda a emoção, sentimento ou estado de ânimo, embora possa incluí-los. É um querer-se bem mais profundo, com uma decisão do coração que envolve toda a existência.” (AL 163). E essa decisão inclui certamente alegria, gozo e prazer. Mas também, e inevitavelmente, serviço, entrega, dor e sofrimento. Porque quem ama sofre: “não há maior

amor do que dar a vida pelos irmãos” (Jo 15,13). A cruz de Jesus é, por isso, a marca maior do amor. Educar para o verdadeiro amor é educar para a entrega e para uma vontade forte, que saiba manter-se fiel aos compromissos no meio das tribulações da vida.

4. A alegria é fruto do Espírito (Gal 5, 22). Assim, educar para a alegria é, antes de mais, proporcionar a abertura ao Espírito Santo. Viver a alegria é a vocação mais profunda do cristão, porque ela nasce da ressurreição. E, deste modo, torna-se também missão, já que da experiência de relação com o Ressuscitado transborda a necessidade de dar eco àquele primeiro anúncio da manhã de Páscoa: “Vi o Senhor!” (Jo 20,18). A alegria da ressurreição, a única que ninguém nos pode roubar, é fruto da morte, e morte de cruz. Esta imagem plasma toda a nossa existência. Não é possível a alegria sem a dor, como não é possível a ressurreição sem a morte. A grande tentação é a de imaginar uma vida plena sem entrega. Como se fosse possível a alegria sem o amor. E como se fosse possível o amor sem a dor. Todas as ofertas do mundo são ilusórias precisamente porque nos apresentam essa alegria de plástico que, afinal, não passa de uma caricatura da verdadeira alegria. A verdadeira alegria enche plenamente o coração humano. Mas será sempre uma “alegria dorida”,

pois será sempre fruto de entrega, de compromisso, de luta, de reconciliação, de perda do próprio querer e interesse. Numa palavra, a alegria é o resultado de uma “vida desvivida”, da morte. Por isso, há que afirmar com toda a força que o contrário da alegria não é a tristeza. Educar para a alegria não é ensinar a fugir da dor, do sofrimento ou da tristeza a qualquer preço. É antes formar para abraçar a história com toda a vida, numa entrega de amor que gera paz, gozo e uma alegria de fundo que supera todas as tristezas. Por isso, a alegria cristã não pode encerrar-se em si mesma. É uma autêntica missão de transformação do mundo no Reino de justiça e paz sonhado por Jesus. “Deus confiou à família o projeto de tornar ‘doméstico’ o mundo, de modo que todos cheguem a sentir cada ser humano como um irmão” (AL 183). Uma família que se preocupa apenas com os seus, que se fecha em si mesma, que não tem em conta a obrigação de lutar pela justiça e de partilhar com os mais pobres, não é uma família verdadeiramente cristã e acabará por nunca experimentar a verdadeira alegria. Ao contrário, “as famílias magnânimas e solidárias abrem espaço aos pobres, são capazes de tecer uma amizade com aqueles que estão a viver pior do que elas” (*ibid.*). E descobrem o verdadeiro segredo da felicidade ao porem em prática

o evangelho: “(...) Quando deres um banquete, convida os pobres, os aleijados, os coxos e os cegos. E serás feliz» (Lc 14, 12-14). Serás feliz! Aqui está o segredo duma família feliz” (*ibid.*). Educar para a alegria é, então, educar para o serviço.

II Preparação para o Matrimónio

5. É toda a comunidade cristã que é chamada a envolver-se mais profunda e amplamente na preparação dos noivos para o matrimónio. Mas, dada a complexidade social e a aceleração a que a família está hoje sujeita, uma preparação mais atualizada e acurada de agentes pastorais torna-se essencial: “Os itinerários e cursos de formação destinados especificamente aos agentes pastorais poderão torná-los idóneos a inserir o próprio caminho de preparação para o matrimónio na dinâmica mais ampla da vida eclesial” (AL 204).

6. O Papa Francisco enuncia os elementos que devem estar presentes num itinerário de preparação para o matrimónio: “Não se trata de lhes ministrar o Catecismo inteiro nem de os saturar com demasiados temas (...). Interessa mais a qualidade do que a quantidade, devendo-se dar prioridade – juntamente com um renovado anúncio do *kerygma* – àqueles conteúdos que, comunicados de forma atraente e cordial, os ajudem a

comprometer-se num percurso da vida toda (...). Trata-se duma espécie de «iniciação» ao sacramento do matrimónio, que lhes forneça os elementos necessários para poderem recebê-lo com as melhores disposições e iniciar com uma certa solidez a vida familiar” (AL 207).

7. Sabemos que a preparação para o matrimónio não é algo pontual e isolado num momento específico da vida. Antes, implica necessariamente pensar uma pastoral familiar a longo prazo, porque “aprender a amar alguém não é algo que se improvisa, nem pode ser o objectivo dum breve curso antes da celebração do matrimónio. Na realidade, cada pessoa prepara-se para o matrimónio, desde o seu nascimento” (AL 208). Por isso, a grande preparação para o matrimónio é a preparação remota que os noivos receberam em casa. Uma verdadeira educação dos filhos, que gere processos de amadurecimento da sua liberdade, de crescimento integral, de cultivo da autêntica autonomia (cf. AL 261), prepara-os para opções de vida com convicções profundas em que o compromisso e a fidelidade são elementos fundamentais do crescimento humano. Neste sentido, toda a pastoral familiar que apoie os cônjuges e os ajude a ser testemunho de verdadeiro amor cristão para os seus filhos é uma pastoral de preparação indireta para o matrimónio.

8. A preparação mais imediata para o matrimónio deverá conhecer uma nova vitalidade. É verdade que muito se tem feito neste âmbito ao longo das últimas décadas. Mas, cada vez mais nos tempos atuais em que a vida ganha ritmos alucinantes, é necessário uma contínua avaliação e renovação para uma preparação que se vá sempre ajustando às necessidades de cada tempo. A vida familiar nunca foi fácil e um casamento saudável e feliz necessita de tempo e esforço para se edificar. Sabemos como são hoje os ritmos de vida acelerados, os empregos menos estáveis e que, tantas vezes, obrigam à separação dos cônjuges por períodos mais ou menos longos, a experiência dos noivos que não raro provêm de famílias desestruturadas, a mentalidade difundida de que a qualidade de vida corresponde à acumulação de bens materiais, a baixa taxa de natalidade com a correspondente ausência dos irmãos numa educação que se quer fraterna, a fragilidade da fidelidade aos compromissos assumidos para a vida. Estas características do nosso tempo obrigam-nos a questionar conteúdos e modos de preparar os noivos para o matrimónio e a encontrar, com criatividade e profundidade, os meios adequados para um acompanhamento apropriado que ajude, de facto, os noivos a iniciarem uma nova etapa de vida.

9. A experiência evidencia que, muitas vezes, a preparação imediata dos noivos para o matrimônio é manifestamente incompleta, ou muito condicionada, pelas circunstâncias próprias de toda a preparação para o dia do casamento. Este fator vem alertar para a necessidade de um empenho sério numa pastoral do namoro, em que todos, catequistas, líderes de grupos de jovens, promotores vocacionais e demais agentes pastorais unam esforços e trabalhem juntos de forma a mais cedo começar a preparação e o discernimento dos jovens para o namoro, noivado e matrimônio. Seria realmente importante que um novo dinamismo surgisse no sentido de se promoverem grupos de namorados, atividades e encontros que pudessem ajudar a refletir e a viver uma verdadeira preparação, mesmo que a médio-longo prazo, para a vida matrimonial.

10. “A preparação dos que já formalizaram o noivado (...) deve dar-lhes também a possibilidade de individuar incompatibilidades e riscos.” Sem deixar de sublinhar a beleza do matrimônio e de como este é uma autêntica vocação que conduz à felicidade mútua, deve alertar para a possibilidade de o deslumbramento ou a paixão inicial tenderem a relativizar dificuldades ou divergências que, nalguns casos, podem revelar autênticas incompatibilidades. “Os noivos deveriam

ser incentivados e ajudados a poderem expressar o que cada um espera dum eventual matrimónio, a sua maneira de entender o que é o amor e o compromisso, aquilo que se deseja do outro, o tipo de vida em comum que se quer projetar. Estes diálogos podem ajudar a ver que, na realidade, os pontos de contacto são escassos e que a mera atração mútua não será suficiente para sustentar a união” (AL 209). A decisão de se casar e de aceitar partilhar a vida inteira com outra pessoa também “implica aceitar com vontade firme a possibilidade de enfrentar algumas renúncias, momentos difíceis e situações de conflito, e a sólida decisão de preparar-se para isso” (AL 210). Assim, uma apropriada preparação para o matrimónio deveria conduzir os noivos a:

- a) saber ler e avaliar a maturidade afetiva, psicológica e espiritual, própria e do outro;
- b) saber ler e avaliar a própria relação, nos seus pontos fortes e nos seus pontos fracos, bem como prever possíveis potencialidades e consequências decorrentes, respetivamente, desses pontos fortes e pontos fracos;
- c) delinear um projeto de vida familiar: princípios orientadores, valores “inegociáveis” e metas a alcançar enquanto família;

- d) uma metodologia para uma maior maturidade familiar: momentos de paragem para avaliar e lançar para o futuro. Só assim é possível “detectar os sinais de perigo que poderá apresentar a relação, para se encontrar os meios que permitam enfrentá-los com bom êxito” (AL 210);
- e) elaborar “estratégias” de gestão e superação de conflitos;
- f) descobrir a comunidade cristã como lugar onde a família se pode pôr ao serviço dos outros, onde pode procurar ajuda para as suas necessidades e crises, e onde a celebração das diferentes ocasiões familiares e comunitárias ganham profundo sentido;
- g) clarificar a doutrina da Igreja sobre o sacramento: as propriedades e os fins próprios do matrimónio, nomeadamente o que significa o vínculo de unidade indissolúvel, bem como as condições *sine qua non* para a validade do sacramento, i. e., liberdade, fidelidade e fecundidade.

11. Finalmente, deve-se sublinhar o carácter gradual e crescente do matrimónio. A celebração do matrimónio não é uma meta, mas um ponto de partida: que “os noivos não considerem o matrimónio como o fim do caminho, mas o assumam como uma vocação que

os lança para diante, com a decisão firme e realista de atravessarem juntos todas as provações e momentos difíceis” (AL 211).

12. Depois de insistir que “as famílias cristãs são, pela graça do sacramento nupcial, os sujeitos principais da pastoral familiar” (AL 200), o Papa Francisco retoma a preocupação dos Padres Sinodais e sublinha que “a principal contribuição para a pastoral familiar é oferecida pela paróquia, que é uma família de famílias, onde se harmonizam os contributos das pequenas comunidades, movimentos e associações eclesiais” (AL 202). Mas esta pastoral não se pode limitar a um anúncio puramente teórico e desligado dos problemas reais das pessoas, pelo que uma autêntica conversão missionária é exigida a toda a Igreja (AL 201). Esta conversão deve iniciar-se precisamente no seminário e nas paróquias, já que se reconhece a falta de “formação adequada dos presbíteros, diáconos, religiosos e religiosas, catequistas e restantes agentes pastorais” (AL 202) nesta matéria tão sensível e delicada. O Departamento Arquidiocesano da Pastoral Familiar elaborará um programa de formação que dê, assim, seguimento ao nº 204 da AL quando exprime a “necessidade de formar agentes leigos de pastoral familiar, com a ajuda de psicopedagogos, médicos de família, médicos de

comunidade, assistentes sociais, advogados de menores e família, predispondo-os para receber as contribuições da psicologia, sociologia, sexologia e até aconselhamento. Os profissionais, particularmente aqueles que têm experiência de acompanhamento, ajudam a encarnar as propostas pastorais nas situações reais e nas preocupações concretas das famílias.” Competirá aos Arciprestados, às Paróquias e aos Movimentos Laiicais a seleção de leigos que possam frequentar estas formações e tornarem-se, deste modo, agentes locais de pastoral familiar.

III *Acompanhamento dos casais jovens*

13. Os primeiros anos de vida conjugal trazem, além de grandes alegrias, algumas dificuldades acrescidas. As ilusões e os sonhos próprios de quem se casa vão “descendo” à vida concreta e é necessário estar preparado para viver a verdade de que “a realidade é superior à ideia” (*Evangelii Gaudium* 231). É, portanto, necessário acompanhar os casais neste encontro com a vida real e ajudá-los a “pôr de lado as ilusões e aceitá-lo [o casamento] como é: inacabado, chamado a crescer, a caminho” (AL 218). Longe de ser uma desilusão, este facto permite aos esposos tornarem-se “protagonistas, senhores da sua própria história e criadores de

um projeto que deve ser levado para a frente conjuntamente” (*ibidem*).

14. Numa época em que o sentimento e o imediatismo imperam como critérios de vida, torna-se essencial formar para o verdadeiro amor. Porque “se o amor se reduzir a mera atração ou uma vaga afetividade, isto faz com que os cônjuges sofram de uma extraordinária fragilidade quando a afetividade entra em crise ou a atração física diminui” (AL 217). De facto, mais do que um sentimento, o amor é uma opção que conduz à ação (cf. AL 94). Os esposos não se podem prometer que vão sentir sempre um grande e caloroso afeto um pelo o outro todos os dias das suas vidas. Mas podem, sim, prometer amar-se mutuamente até ao fim. O sentimento é de uma ordem mais superficial, vai e vem. Mas o amor é da ordem da vontade e permanece além, e até mesmo contra, todos os obstáculos que a vida possa trazer. Em última instância, um casamento dura porque os esposos decidem que dure. Por isso, “torna-se indispensável o acompanhamento dos esposos nos primeiros anos de vida matrimonial para enriquecer e aprofundar a decisão consciente e livre de se pertencerem e amarem até ao fim” (AL 217).

15. É urgente formar para a liberdade. O medo de se assumir um compromisso para a vida cresce

compreensivelmente num tempo em que tudo muda rapidamente e em que as instituições mais credíveis se revelam, afinal, muito frágeis. Além disso, as exigências impostas às famílias já atrás aludidas, reforçam esta hesitação. Como se não bastasse, exalta-se hoje o sucesso pessoal e o direito à autonomia de modo tal que revela um individualismo nunca antes tão explicitamente defendido. “Teme-se a solidão, deseja-se um espaço de proteção e fidelidade mas, ao mesmo tempo, cresce o medo de ficar encurralado numa relação que possa adiar a satisfação das aspirações pessoais” (AL 34). Reiterando e sublinhando o que atrás fica dito, há que desmontar falsos conceitos e ajudar a crescer na verdadeira liberdade. Ser livre não se reduz à capacidade de escolher entre duas ou mais opções. Nem, muito menos, a liberdade se mede por escolher o que apetece. Pelo contrário, ser livre é precisamente ter a capacidade de prescindir dos próprios apetites em função da fidelidade a um compromisso. Não é possível ser-se livre sem se comprometer. Não há liberdade maior do que manifestar, como o fazem os esposos no Consentimento Matrimonial (e ao longo de toda a vida), que de facto querem ficar presos um ao outro até que a morte os separe. É desta liberdade que fala o Papa Francisco quando afirma que “só se podem casar

aqueles que se escolhem livremente” (AL 217). A liberdade no tempo chama-se fidelidade. E é na fidelidade dos pequenos momentos da vida (cf. AL 231) que a vida a dois se constrói.

16. Neste caminho de amadurecimento do amor mútuo e da liberdade, deve cada Arciprestado e cada Paróquia socorrer-se de todos os recursos humanos possíveis e refletir profundamente em inúmeras atividades que possam e devam ser levadas a cabo para apoiar e reavivar as famílias. O Papa Francisco oferece diversos exemplos: reuniões de casais, retiros, conferências de especialistas sobre problemáticas da vida conjugal e familiar, agentes pastorais preparados para falar com os casais acerca das suas dificuldades e aspirações, consultas sobre diferentes situações familiares (dependências, infidelidade, violência familiar), espaços de espiritualidade, escolas de formação para pais, etc. (cf. AL 229). Sabemos que não é possível fazer tudo em todos os lugares. Mas é possível organizar-se a nível arciprestal e diocesano para que a oferta de instrumentos de pastoral familiar seja mais efetiva e eficaz.

17. Mesmo com todas as ajudas possíveis, a normalidade da vida conjugal e familiar passará inevitavelmente por algumas crises. Como podem os casais aprender a superar essas crises? A própria experiência

de vida, a relação que se vai amadurecendo, os ali-
cerces e princípios acolhidos na preparação remota e
próxima para o matrimónio são, a par com a graça de
Deus, os instrumentos mais imediatos. Mas compete
às paróquias, aos movimentos e outras instituições da
Igreja ser suporte para as famílias que compõem a co-
munidade cristã. É útil confiar a casais mais maduros o
acompanhamento dos casais mais jovens (cf. AL 230),
especialmente quando surgem crises. “A história de
uma família está marcada por crises de todo o género,
que são parte também da sua dramática beleza” (AL
232). Através do testemunho experiente destes casais
e de ajudas especializadas, quando necessário, é pos-
sível recordar que o casamento foi assumido como um
caminho, como uma tarefa a dois que implica ultra-
passar obstáculos (*ibidem*). E que uma crise não repre-
senta o fim da relação mas uma oportunidade para re-
começar e renovar a entrega de mútuo amor e mútua
fidelidade. “Tantas vezes se atribui um peso emotivo
demasiado grande a situações próprias da inevitável
fragilidade humana” (AL 237). A presença e o diálogo
com casais mais experientes pode ensinar a relativizar
tais situações e superar muitas crises. Ajudar a que os
esposos não se fechem, mas que reaprendam, com
humildade, a comunicar e a perdoar-se mutuamente,

é um serviço essencial de qualquer pastoral familiar, mais ou menos formal. “A trabalhosa arte da reconciliação, que requer o apoio da graça, precisa da generosa colaboração de parentes e amigos e, eventualmente, até de uma ajuda externa e profissional” (AL 236).

**IV *Critérios de orientação pastoral
para a aplicação do capítulo VIII
da Exortação Apostólica Amoris Laetitia***

18. Sabemos, no entanto, que apesar de todos os esforços e de todas as tentativas para permanecer unidos, surgem situações “em que a separação é inevitável. Por vezes, pode tornar-se até moralmente necessária, quando se trata de defender o cônjuge mais frágil, ou os filhos pequenos” (AL 241). Por isso, “embora não cesse jamais de propor a perfeição e convidar a uma resposta mais plena a Deus, a Igreja deve acompanhar, com atenção e solicitude, os seus filhos mais frágeis, marcados pelo amor ferido e extraviado, dando-lhes de novo confiança e esperança” (AL 291).

No título do capítulo VIII: “acompanhar, discernir e integrar a fragilidade” já está indicado o método. Todavia, a Exortação oferece também uma criteriologia para diferenciar as diversas situações e acompanhar as pessoas em ordem ao discernimento de cada caso e

que aqui procuramos concretizar, propondo os seguintes critérios de orientação pastoral.¹

19. A primeira ajuda a oferecer aos fiéis divorciados a viver em nova união é pôr à sua disposição, na nossa diocese, um serviço de informação e aconselhamento em ordem a averiguar a existência ou não de algum fundamento para introduzir a causa de declaração de nulidade do matrimónio no tribunal eclesiástico. Para isso, a nível da Arquidiocese, foi criado um gabinete que estará disponível para acompanhar quem deseje através de diversos serviços que o compõem. Aos párocos solicita-se que o deem a conhecer aos fiéis e que apresentem este caminho como ajuda primordial no acompanhamento destes casais.

20. Aos que não podem obter a declaração de nulidade e, todavia, querem viver a fé cristã, numa boa relação com Deus e com a Igreja, é proposto um “itinerário de responsável discernimento pessoal e pastoral” (AL 300). O objetivo deste caminho é a maior integração cristã e na vida da Igreja, ajudando cada um a encontrar o modo próprio de participar na comunidade eclesial.

¹ Este texto teve em conta os pronunciamentos de outros episcopados: o documento dos bispos da região pastoral de Buenos Aires, aprovado pelo Papa e recentemente elevado à categoria de Magistério Autêntico, bem como o dos bispos de Malta e da Alemanha.

21. Há que evitar dar a entender que se trata de uma “autorização” geral para aceder aos sacramentos. De facto, trata-se de um processo de discernimento pessoal, no foro interno, acompanhado por um pastor com encontros regulares, que ajuda a distinguir adequadamente cada caso singular à luz do ensinamento da Igreja.

Com efeito, deve fazer-se uma adequada distinção entre situações diferentes, porque nem todos os casos são iguais, como vem especificado no n. 298 de *Amoris Laetitia*. A título de exemplo, “uma coisa é uma segunda união consolidada no tempo, com novos filhos, com fidelidade comprovada, dedicação generosa, compromisso cristão, consciência da irregularidade da situação e grande dificuldade para voltar atrás sem sentir, em consciência, que se cairia em novas culpas (...). Coisa diferente, porém, é uma nova união que vem de um matrimónio recente, com todas as consequências de sofrimento e confusão que afetam os filhos e famílias inteiras ou a situação de alguém que falhou repetidamente aos seus compromissos familiares”.

22. Em todo este itinerário de discernimento, “devem garantir-se as necessárias condições de humildade, privacidade, amor à Igreja e à sua doutrina, na busca sincera da vontade de Deus e no desejo de chegar a

uma resposta mais perfeita à mesma” (AL 300). Evitar-se-á, assim, a ideia de rápidas “exceções”, privilégios ou dupla moral da Igreja. Isto mostra que todo o verdadeiro processo de discernimento leva a uma conversão e que é um trabalho sério da consciência.

23. O acompanhamento pastoral é um exercício da “*via caritatis*”, um convite a seguir “o caminho de Jesus, o da misericórdia e da integração” (AL 296). Este itinerário reclama a caridade pastoral do sacerdote que acolhe o fiel, o escuta atentamente e lhe mostra o rosto materno da Igreja, na medida em que aceita a sua reta intenção e o seu bom propósito em iluminar toda a vida com a luz do Evangelho e praticar a caridade (cf. AL 306; 312). O sacerdote deve aparecer como pastor e não como “controlador da graça”, porque “a Igreja não é uma alfândega, mas uma casa paterna onde há lugar para todos com a sua vida fatigante” (*Evangelii Gaudium* 47).

24. Convém ter presente que o pressuposto fundamental do discernimento é que AL não se fixa apenas num problema, mas deve ter em consideração toda uma vida pessoal em caminho, uma pessoa concreta que percorre o caminho para Deus. Por isso mesmo, pertence ao discernimento ordenar as etapas e as dimensões desse percurso para identificar onde e como Deus convida aquela pessoa concreta à conversão e à vida. Mais do

que fixar-se num momento ou num evento determinado, o discernimento deve estar atento às moções em curso no interior da pessoa, em todas as suas particularidades e no seu percurso histórico. Em síntese, o discernimento diz respeito à história concreta e ao dinamismo interior da pessoa e não às ideias, indo mais além dos casos.

25. No caminho de discernimento, o pastor deve acentuar o anúncio fundamental, o *kerigma*, o anúncio do amor e da ternura de Cristo, que estimule ou renove o encontro pessoal com Jesus Cristo vivo (cf. AL 58) e não o aspeto jurídico ou moral da lei. Há que ter em conta a situação de fé de cada pessoa, “se não quiser tornar-se mera defesa de uma doutrina fria e sem vida” (AL 59). Estamos diante de pessoas que se encontram em dificuldade com a vida cristã, que sentem a necessidade de serem acolhidas, de ouvir repetidas vezes que o Senhor não está longe delas, as ama e lhes oferece uma nova possibilidade de crescer na fé e de se integrar mais na sua Igreja.

26. Neste itinerário, é conveniente e útil “fazer um exame de consciência” de acordo com os pontos apresentados no n. 300 da Exortação Apostólica:

- a) “Através de momentos de reflexão e arrependimento”. É o passo da apresentação à Igreja e manifestação de disponibilidade à conversão.

Começa-se por reconhecer, num clima de fé e oração, que a própria situação não responde objetivamente à proposta do evangelho, reconhecendo também as eventuais responsabilidades ou culpas. A pessoa coloca-se como um mendigo que espera receber a “misericórdia de Deus gratuita, imerecida e incondicional” (AL 297), sem direito a reivindicá-la. Todos temos necessidade de nos converter e dizer com o publicano: “Meu Deus, tem piedade de mim, que sou um pecador!” (Lc 18, 13).

- b) “Questionar-se como se comportaram com os seus filhos quando a união conjugal entrou em crise”, isto é, interrogar-se sobre a responsabilidade própria de pais para compreender de que modo foi gerida a relação com os filhos no momento da crise e após a nova união. O bem dos filhos não permite que se faça deles objeto de disputa ou de pressão: “Nunca, nunca e nunca tomeis o filho como refém!... os filhos não devem carregar o fardo desta separação; que eles não sejam usados como reféns contra o outro cônjuge, mas cresçam ouvindo a mãe falar bem do pai, embora já não estejam juntos, e o pai falar bem da mãe” (AL 245).

- c) “Se houve tentativas de reconciliação”. Trata-se de avaliar a reversibilidade ou irreversibilidade da relação, ou seja, se não obstante as tentativas de recompor a ruptura, se chegou realmente a uma situação sem retorno e por que razões.
- d) “Como é a situação do cônjuge abandonado”. O critério da caridade e da justiça é muito importante para estabelecer as consequências da ruptura: se são respeitados os deveres da justiça e da caridade em relação ao cônjuge e os filhos. Havendo injustiças não resolvidas, o acesso aos sacramentos seria particularmente escandaloso.
- e) “Que consequências tem a nova relação sobre o resto da família e o resto da comunidade dos fiéis”. Há que avaliar os efeitos públicos da separação, quer entre os familiares, quer na comunidade cristã, até para evitar sentimentos e situações de conflito e de escândalo.
- f) “Que exemplo oferece a nova relação aos jovens que se devem preparar para o matrimónio”. É o critério do testemunho: se os noivos ou jovens que se preparam para o matrimónio recebem destas pessoas separadas motivos de desencorajamento ou de desconfiança em relação ao sacramento.

27. Este caminho não acaba necessariamente nos sacramentos, mas pode orientar-se para outras formas de uma maior integração na vida da Igreja: uma maior presença na comunidade, a participação em grupos de oração ou reflexão, o compromisso nos diversos serviços eclesiais, etc. (cf. AL 299).

Não é de excluir que as pessoas que percorreram este itinerário ou que tenham manifestado a intenção de o percorrer, e que estão integradas na comunidade, possam ser consideradas idóneas para serem padrinhos ou madrinhas.

28. No discernimento devemos avaliar os condicionamentos ou fatores atenuantes ou agravantes que podem existir em cada situação particular, relativos à responsabilidade, culpabilidade e imputabilidade de um ato (cf. AL 301-302. 305). “Por causa dos condicionamentos ou fatores atenuantes é possível que uma pessoa possa estar numa situação objetiva de pecado – mas que subjetivamente não seja culpável ou não o seja plenamente – e possa viver na graça de Deus, possa amar e possa também crescer na vida de graça e caridade, recebendo para isso a ajuda da Igreja” (AL 305), podendo nestes casos ter acesso aos sacramentos da reconciliação e da comunhão eucarística (cf. AL nota 351). “A propósito destes condicionamentos

o Catecismo da Igreja Católica exprime-se de maneira categórica: «A imputabilidade e responsabilidade de um ato podem ser diminuídas e até anuladas pela ignorância, a inadvertência, a violência, o medo, os hábitos, as afeições desordenadas e outros fatores psíquicos e sociais» (AL 302).

29. Quando as circunstâncias concretas de um casal o tornem factível, especialmente quando ambos sejam cristãos com um caminho sólido de fé, pode-se examinar a possibilidade do compromisso de viverem em continência conjugal. A Exortação Apostólica não ignora as dificuldades desta opção (cf. AL nota 329) e deixa aberta a possibilidade de aceder ao sacramento da reconciliação mesmo quando se falhe nesse propósito (cf. AL nota 364). De facto, reconhece que há situações em que “se faltam algumas expressões de intimidade, não raro se põe em risco a fidelidade e se compromete o bem da prole” (AL nota 329).

30. A estabilidade conjugal da nova união e o bem dos filhos assumem particular relevância entre os critérios que orientam o discernimento pessoal e pastoral relativamente à admissão à reconciliação e à comunhão eucarística. Neste sentido, o tempo é um factor essencial. Um mínimo de cinco anos de duração da nova união (ainda que com o uso da flexibilidade

pastoral própria de quem conhece e acompanha cada caso), parece ser uma boa referência temporal para aferir da estabilidade conjugal necessária para iniciar o caminho de discernimento que possa eventualmente conduzir ao acesso aos sacramentos. Porque “este caminho é uma questão de tempo. O amor precisa de tempo disponível e gratuito” (AL 224).

31. A Exortação Apostólica convida a revalorizar a importância da consciência pessoal na vida cristã dos fiéis e da Igreja: “A partir do reconhecimento do peso dos condicionamentos concretos podemos acrescentar que a consciência das pessoas deve ser mais incorporada na práxis da Igreja em algumas situações que não realizam objetivamente a nossa concepção de matrimônio” (AL 303). No itinerário de discernimento, a tarefa dos pastores não é a de “pretender substituir-se à consciência das pessoas” (AL 37) ou “oferecer receitas simples” (AL 298), mas a de ajudá-las, com paciência, a iluminar e formar a sua consciência a fim de que elas mesmas cheguem a tomar uma decisão sincera diante de Deus e a fazer o melhor que podem (cf. AL 37).

32. Pode ser conveniente que um eventual acesso aos sacramentos se realize de modo reservado, sobretudo quando se prevejam situações de escândalo ou de conflito. Todavia, simultaneamente, não se deve deixar

de acompanhar e educar a comunidade para que cresça no espírito de compreensão e de acolhimento, sem que isso implique criar confusões no ensino da Igreja sobre o matrimônio indissolúvel. A comunidade é instrumento da misericórdia que é “imerecida, incondicional e gratuita” (AL 297).

33. A formação das comunidades cristãs é essencial para que a Barca de Pedro não ande à deriva. Saber transmitir este caminho pastoral reveste-se de particular importância, porque só assim se evita “o grave risco de mensagens equivocadas, como a ideia de que algum sacerdote pode conceder rapidamente exceções, ou de que há pessoas que podem obter privilégios sacramentais em troca de favores (...). [E] evita-se o risco de que um certo discernimento leve a pensar que a Igreja sustente uma dupla moral” (AL 300). Os sacerdotes, na comunidade, devem anunciar a possibilidade de se iniciar processos de discernimento acompanhado para as pessoas que vivem em situações chamadas “irregulares”. Com este anúncio, alguns poderão começar este percurso e, assim, a comunidade compreender que não se trata de facilitismo mas, como atrás referido, da autêntica “*via caritatis*”. Os pastores que propõem aos fiéis o ideal pleno do Evangelho e a doutrina da Igreja, devem ajudá-los também a assumir a

lógica da compaixão pelas pessoas frágeis e evitar perseguições ou juízos demasiado duros e impacientes” (AL 308)².

34. Na realização deste ministério do discernimento, temos a responsabilidade de evitar cair nos dois extremos, isto é, no rigorismo ou no laxismo. “Por pensar que tudo seja branco ou preto, às vezes fechamos o caminho da graça e do crescimento e desencorajamos percursos de santificação que dão glória a Deus” (AL 305). Por isso, devemos exercitar-nos, com prudência, na “lei da gradualidade” para descobrir a presença, a graça e a ação de Deus e ajudar as pessoas a aproximar-se mais de Deus, mesmo quando “não estão em condições de compreender, apreciar ou praticar plenamente as exigências objetivas da lei” (AL 295).

35. Em todo o caso, este discernimento não se fecha, porque “é dinâmico e deve permanecer sempre aberto para novas etapas de crescimento e novas decisões que permitam realizar o ideal de forma mais

2 Na Carta Pastoral para o ano 2016-2017, com o título “È il Signore che costruisce la casa”, o Arcebispo-Abade da diocese italiana de Modena-Nonantola, Erio Castellucci, apresenta uma imagem sugestiva: “Somos chamados a passar de uma pastoral da perfeição a uma pastoral da conversão: a meta, a doutrina, continua a mesma, mas evidencia-se a necessidade de *acompanhar em direção à meta* e não de sentar-se na meta a apontar o dedo a quem está a fazer o caminho. É o estilo das nossas comunidades, não o conteúdo da mensagem, que deve mostrar uma maior adesão ao evangelho”.

completa” (AL 303), segundo a “lei da gradualidade” e confiando na ajuda da graça de Deus para progredir na vida cristã. Pastores e fiéis devem, por isso, abrir o coração para acolher o convite do Papa Francisco: “Convido os fiéis que vivem situações complexas a aproximar-se com confiança para falar com os seus pastores ou com leigos que vivem entregues ao Senhor (...). E convido os pastores a escutar, com carinho e serenidade, com o desejo sincero de entrar no coração do drama das pessoas e compreender o seu ponto de vista, para ajudá-las a viver melhor e reconhecer o seu lugar na Igreja” (AL 312).

Conclusão

No discurso de encerramento do Sínodo dos Bispos, o Papa Francisco referiu a necessidade de uma nova articulação para “transmitir a beleza da novidade cristã, por vezes coberta pela ferrugem de uma linguagem arcaica ou simplesmente incompreensível”³. Sabemos que para o Pontífice, a linguagem da misericórdia é a que melhor incarna o Evangelho na vida concreta das pessoas e das famílias. A misericórdia, que é a identidade do próprio Deus e que envolve toda

3 Papa Francisco, “Discurso de encerramento dos trabalhos da XIV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos”, Roma, 24 de Outubro de 2015.

a nossa existência, permite recontextualizar a doutrina ao serviço da missão pastoral da Igreja. A Exortação Apostólica *Amoris Laetitia* deve ser lida a esta luz.

Preparar os noivos para o matrimónio, acompanhar os casais nos primeiros anos de vida conjugal e discernir para ajudar a integrar as famílias mais frágeis é uma tarefa urgente da Igreja num tempo particularmente exigente para a vida das famílias. Acolhendo a mensagem da Exortação Apostólica, este documento procura convidar as comunidades cristãs, pastores, religiosos e leigos, a assumir como prioridade esta missão. Dá-se, assim, seguimento à recomendação do Papa: “Os sacerdotes têm o dever de acompanhar as pessoas interessadas pelo caminho do discernimento segundo a doutrina da Igreja e as orientações do bispo” (AL 300). Acima de tudo, recordemos que “o anúncio cristão sobre a família é verdadeiramente uma boa notícia” (AL 1) e que “cada um (...) se sinta chamado a cuidar com amor da vida das famílias, porque elas não são um problema; são sobretudo uma oportunidade” (AL 7) para o mundo!

ANEXO

Proposta de elementos práticos para um processo de acompanhamento, discernimento e integração de pessoas divorciadas em nova união civil

Introdução

1. O princípio defendido pelo Papa Francisco de que “o tempo é superior ao espaço” (*Evangelii gaudium* 221; *Amoris laetitia* – AL 3) permite, precisamente, reconhecer que é sempre possível abrir processos a vários níveis. Um processo requer e desenvolve-se no tempo. E, se é verdadeiro processo de discernimento, é necessário aceitar que não se tem a resposta à partida; se assim fosse nada havia a discernir. Neste tema em concreto, os vários elementos envolvidos no processo (casal de “recasados” e acompanhante espiritual) devem aceitar que não se trata de um processo para ter acesso aos sacramentos, mas sim de um caminho para procurar a vontade de Deus – que pode ser, ou não, possibilitar esse acesso aos sacramentos. Este é o

objetivo de um processo de discernimento: procurar a vontade de Deus.

2. O primeiro requisito para qualquer discernimento é a liberdade interior. Sem esta, todo o processo fica viciado e, no fundo, procura-se que Deus venha à vontade de quem “discerne” e não o contrário. Só a liberdade permite criar uma distância afetiva crítica da situação, de modo a aceitar verdadeiramente o que se perceber ser a vontade de Deus.

3. Por este motivo, é necessário que o discernimento seja acompanhado por um elemento externo ao casal, com experiência no acompanhamento e na direção espiritual. O confronto com esta terceira pessoa revela-se essencial (cf. AL 300). A função deste ministro da Igreja é, então, orientar o processo desde o início e servir como referente de confronto para desbloquear processos internos pessoais de um dos elementos ou do casal, “desmontar armadilhas” espirituais que impeçam o avanço do processo, revelar fugas à verdade que os próprios não estejam a ver, ajudar a libertar-se de afetos e desejos desordenados em relação ao tema, feridas que obliterem a realidade, etc.

4. Naturalmente, as orientações que aqui se oferecem terão sempre que ser adaptadas a cada situação e a cada pessoa, pois essa é a essência do discernimento.

Idade dos intervenientes, tempo de duração da relação atual, se ambos foram sacramentalmente casados ou só um deles, se a relação inclui filhos ou não, vida de fé, participação na vida de Igreja são alguns dos aspetos a ter em conta ao pôr em prática o processo de discernimento.

O processo de acompanhamento e discernimento

5. Como nos “fala” Deus? Antes de mais, através da vida: acontecimentos, conversas, situações, relações... Mas também, e especialmente, através da oração. Aí, Deus pode manifestar-Se por “sinais” da Sua presença e da Sua vontade. Estes “sinais” podem surgir em três grandes dimensões: sinais dirigidos ao intelecto (quando “se faz luz” sobre determinado assunto que estamos a rezar, quando percebemos que Deus parece estar a falar diretamente connosco através de uma frase do evangelho que já tínhamos lido muitas vezes...); sinais dirigidos ao afeto (quando, ao rezar, somos invadidos por sentimentos de grande alegria ou tristeza; de uma paz profunda ou inquietação...); e sinais dirigidos à nossa vontade (quando, ao rezar, nos comprometemos verdadeiramente com uma causa, nos sentimos determinados a mudar algo no nosso comportamento,

decidimos agir num determinado campo que temos vindo a adiar...). Estes “sinais” são movimentos, moções espirituais. As moções espirituais essenciais são a consolação e a desolação. Espiritualmente, estas moções não são um mero bem ou mal-estar, mas autênticos movimentos espirituais, que nos permitem ir detetando a presença de Deus. Uma decisão difícil pode causar mal-estar e, ao mesmo tempo, uma grande paz ao nível do mais profundo. Esta consolação profunda, confirmada no tempo, dá-nos, com probabilidade, a direção da vontade de Deus.

Deus é sempre maior. Por isso, é impossível afirmar com toda a certeza que esta ou aquela moção vem inquestionavelmente de Deus. Em última instância, o grande filtro são as três virtudes teologais: fé, esperança e caridade. A decisão que me proponho tomar, aproxima-me de Deus e da Sua verdade (fé)?; aproxima-me da vida com sentido, desejando construir o Reino de Justiça e Paz sonhado por Jesus, esperando que este venha à sua plenitude no fim dos tempos (esperança)?; aproxima-me dos meus irmãos, amando o próximo como a mim mesmo e libertando-me do meu egoísmo (caridade)? Ou, pelo contrário, esta decisão fecha-me à presença de Deus, não me deixa ver além do aqui e agora, e isola-me dos meus irmãos? Esta é, muito além

do que eu possa sentir (o sentimento é sempre falível) a diferença entre consolação e desolação. A consolação aproxima-me de Deus, da Vida e dos Irmãos.

O discernimento espiritual é a “arte” de ir lendo estes sinais. Portanto, sublinha-se a exigência da liberdade interior para estar particularmente atento às moções do Espírito e não ser “enganado” pelos desejos ainda pouco livres ou pelos sentimentos mais superficiais que não venham do Espírito. Ao longo do processo, à medida que se vai rezando e para o acompanhamento do orientador, interessa ir tomando nota destas moções, das consolações e desolações espirituais que vão surgindo na oração.

6. O processo de acompanhamento e discernimento desenvolve-se em cinco etapas:

- a) oração e exercício em vista à aquisição de liberdade interior;
- b) memória e exame de consciência acerca do casamento sacramental e das suas consequências com vista à aceitação e reconciliação interior e “cura” de todas as feridas que possam existir;
- c) “avaliação” da relação atual: estabilidade da mesma, suas forças e fraquezas, perigos e potencialidades, bem como a consciência da presença de Deus e a vida espiritual dos dois

envolvidos nesta relação e na família que porventura tenham já constituído (especialmente filhos);

- d) com estes dados, questionar-se sobre a vontade de Deus para eles neste momento e a melhor maneira de a pôr em prática: tomada de decisão em relação ao acesso aos sacramentos, que pode ser “sim”, “não” ou “para já não, porque reconhecemos que há passos ainda a dar” (voltando, neste caso, a discernir mais tarde, pois o processo de “discernimento é dinâmico e deve permanecer sempre aberto para novas etapas de crescimento e novas decisões que permitam realizar o ideal de forma mais completa” (AL 303);
- e) para terminar o processo de discernimento, falta agora a confirmação da decisão: diante de Deus, resume-se todo o processo e entrega-se-Lhe a decisão tomada pedindo a confirmação e avaliando os movimentos interiores, as moções do Espírito.

A metodologia poderá ser sempre a mesma em todas as etapas: primeiro, leitura e oração pessoal tomando notas das “moções espirituais”; depois, partilha entre os dois elementos do casal sobre o que foi

lido e rezado, com cada um a tomar mais notas sobre essa conversa; finalmente, partilha desse processo com o orientador espiritual, a partir do vivido e das notas tomadas nesses quinze dias, recebendo *feedback* e novas “tarefas” para as próximas duas semanas.

Primeira etapa: a graça da liberdade interior

7. Numa primeira fase é essencial retificar a intenção. Como afirma o Papa Francisco, citando a *Relatio finalis* (n.85) do Sínodo dos Bispos (2015), para que haja verdadeiro discernimento, respeitando a verdade e a caridade propostas pela Igreja, “devem garantir-se as necessárias condições de humildade, privacidade, amor à Igreja e à sua doutrina, na busca sincera da vontade de Deus e no desejo de chegar a uma resposta mais perfeita à mesma (...) Quando uma pessoa responsável e discreta, que não pretende colocar os seus desejos acima do bem comum da Igreja, se encontra com um pastor que sabe reconhecer a seriedade da questão que tem entre mãos, evita-se o risco de que um certo discernimento leve a pensar que a Igreja sustente uma moral dupla” (AL 300). Para facilitar a aquisição desta reta intenção e a oração de pedido da graça da liberdade interior, o acompanhante espiritual pode propor alguns textos da escritura

com pistas para oração e reflexão pessoal e em casal. Esta etapa poderá alongar-se por um mês (obviamente, esta é só uma referência muito lata; pode ser mais tempo se se vir que é conveniente), com a oração diária feita pessoalmente sobre este tema e partilhada em casal. Propõe-se encontros quinzenais com o orientador espiritual para que os elementos do casal possam expor como tem sido a oração pessoal e o que vão partilhando entre os dois. Assim, é possível ir tomando consciência do percurso e ir reorientando o mesmo através de retificações ao modo e ao “tema” de oração. A partilha, nesses encontros, será sobre a vivência espiritual desse mês, sublinhando os aspetos mais relevantes, desde dificuldades, alegrias, medos, bloqueios, diferenças relevantes que possam ter surgido na interpretação espiritual dos textos e da oração que cada um dos elementos viveu.⁴ Ao orientador compete ouvir, “ler” a presença do Espírito de Deus no dito e o não dito, e ir ajustando a situação à realidade propondo novos passos.

4 Um modo de iniciar este processo pode ser, se a diocese assim o entender, começar esta primeira etapa com um retiro de fim-de-semana para um grupo de casais que queiram percorrer este caminho. Acabado o retiro, cada casal recolhe novas pistas de oração para ser, depois, acompanhado individualmente pelo orientador espiritual, ao longo de um mês (sempre adaptando às circunstâncias próprias de cada casal).

Liberdade não é fazer o que apetece. Liberdade é, em última instância, libertar-me dos meus desejos egoístas, de mim mesmo e do meu ego. Liberdade interior ou desapego são palavras que exprimem o estado duma pessoa tão apegada a Deus que não há realidade nenhuma, por mais cativante e “santa” que seja, que essa pessoa não esteja disposta a deixar, se Ele lho pedir. Não quer dizer abafar todo o desejo ou inclinação, mas sim, ter um tal apego a Deus, que qualquer outro apego se subordine a este, e se harmonize com ele (até mesmo a vontade de aceder aos sacramentos). Não se trata, de modo nenhum, de apatia. Trata-se mesmo de reconhecer preferências e valorizar os desejos pessoais. Mas, tendo reconhecido as minhas preferências, ser capaz de as oferecer a Deus, abdicando delas a não ser que – e só se – Deus mas confirme.

Alguns textos da Escritura, apenas a título de exemplo:

- Gn 22, 1-19 (Qual é o meu absoluto? “Oferece-o” – mesmo que seja o não poder comungar)
- 1Cor 10, 23-33 (Tudo me é permitido, mas nem tudo me convém)
- Filipenses 3, 7-14 (Plano divino da salvação)
- Mt 6, 25-34 (Providência divina: confiança total de que a Sua vontade será para meu bem)

- Mc 2, 23-28 (Jesus e o Sábado)
- Mc 2, 27 (Jesus como modelo de liberdade interior face ao primado do Amor. O sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado)
- Lc 19, 1-10 (Como Zaqueu, de que tenho que me libertar para que, de facto, seja a vontade de Deus o centro da minha vida?)

Na minha verdade procuro compreender onde ponho os meus absolutos e onde tenho o meu coração. Pretendo “colocar os meus desejos acima do bem da Igreja” (AL 300), ou estou livre para aceitar a vontade de Deus, seja ela qual for?

Senhor Deus, ensina-me onde e como buscar-Te, onde e como encontrar-Te... Tu és o meu Deus, Tu és o meu Senhor, e eu nunca Te vi. Tu me modelaste e me tens remoldado. Tu me tens dado todas as coisas boas que possuo, e ainda assim, não Te conheço... Ensina-me como buscar-Te.... porque eu não sei buscar-Te se Tu não me ensinares, nem encontrar-Te se Tu mesmo não Te apresentares a mim. Que te busque no meu desejo, que Te deseje na minha busca. Que Te busque amando-Te e que Te ame quando Te encontre.

(Santo Anselmo de Cantuária)

Segunda etapa: fazer memória e exame de consciência do casamento sacramental

8. Não se trata de ser masoquista e voltar a reviver o que correu mal. Pelo contrário, o objetivo é precisamente a reconciliação interior (e exterior, se possível) com tudo o que foi vivido, com todas as pessoas envolvidas e com situações porventura mal “fechadas”. Desejar o bem do outro cônjuge e que a paz de Cristo o acompanhe. E sim, reconhecer a quota parte de culpa no processo que levou à falência do casamento, assumindo responsabilidades e mesmo decidindo novos atos de generosidade no presente para com filhos ou pessoas que possam ter sofrido com a quebra do matrimônio no passado. Apesar de se ter tornado num “casamento irremediavelmente destruído” (*Familiaris consortio*, 84), há também a reconhecer, muito para além da culpa, que havia um sonho muito bonito no início, que acabou por não ser concretizado, mas que deu frutos positivos: filhos (se os há), momentos vividos, generosidade, bondade e alegria. E tomar consciência do que se aprendeu com essa relação.

Para enquadrar este exame de consciência, que a própria AL oferece, propõem-se, de novo, alguns textos como possibilidade de oração.

Textos: Is 43, 1-7; Lc 10, 25-37

Pedir a Graça de me abrir à misericórdia de Deus. A Graça de me sentir necessitado dessa misericórdia e de me sentir/saber livre e agradecido pelo privilégio do perdão.

Is 43, 1-7

- *“Nada temas, porque Eu te resgatei, e te chamei pelo teu nome; tu és meu. (...) Visto que és precioso aos meus olhos, que te estimo e te amo, entrego reinos em teu lugar, e nações, em vez da tua pessoa. Não tenhas medo, que Eu estou contigo.”* A certeza de que Deus me ama e só quer o meu bem me fará abrir-me à sua misericórdia. Confiar plenamente no seu Amor por mim/nós de modo a não deixar nada por rezar, visitar ou reconciliar, porque Ele está connosco.
- *“Se tiveres de atravessar as águas, estarei contigo, e os rios não te submergirão. Se caminhares pelo fogo, não te queimarás, e as chamas não te consumirão. Porque Eu, o Senhor, sou o teu Deus; Eu, o Santo de Israel, sou o teu salvador.”* As águas e o fogo que a vida me/nos deu não impedem a presença de Deus, mesmo que por vezes a sua presença seja impercetível. Saboreio a sua presença na minha vida, mesmo nos momentos difíceis por que passei e passou o meu casamento.

Agradeço a sua misericórdia e peço-Lhe a graça de acolher o seu amor.

Lc 10, 25-37

- Geralmente, estamos habituados a ler este texto numa chave moralista. O Bom Samaritano fez assim, vai e faz tu também como ele. Mas há outra interpretação, bem mais antiga, que vem já dos Padres da Igreja. O Bom Samaritano é Jesus. É Ele que cura as minhas feridas. O azeite e o vinho simbolizam os sacramentos, a estalagem a Igreja... Mais do que ser chamado a fazer nos outros, sou chamado a deixar que Jesus o faça em mim.
- Trazer à memória as vezes em que já senti a misericórdia de Deus na minha vida. Saborear. Agradecer.
- Pôr-me/nos (a mim, ao outro cônjuge e ao casamento) na pele do homem que foi assaltado. O que é que realmente me/nos assaltou? O que me/nos fez mal? O que me/nos deitou abaixo? Pode haver várias coisas, mas certamente o meu/nosso pecado está entre o que mais me/nos desfigura. Os salteadores da minha/nossa vida (e do nosso casamento), que me/nos roubam a dignidade e que me/nos deixam à beira

da estrada da vida. Olhá-los de frente. Imaginar os “salteadores” e pôr-lhes nomes.

- As feridas que essa situação deixou. Ter a humildade de as mostrar ao Bom Samaritano, pois só Ele mas pode curar. Com uma grande transparência e uma total confiança, entregar-me à misericórdia de Deus, deixando-me curar por Jesus, mesmo que arda. Acolher a misericórdia.

Com este enquadramento da Palavra de Deus, propõe-se agora o exame de consciência mais concreto apresentado pelo Papa Francisco na Exortação:

“Neste processo, será útil fazer um exame de consciência, através de momentos de reflexão e arrependimento. Os divorciados novamente casados deveriam questionar-se:

- como se comportaram com os seus filhos, quando a união conjugal entrou em crise;
- se houve tentativas de reconciliação;
- como é a situação do cônjuge abandonado;
- que consequências tem a nova relação sobre o resto da família e a comunidade dos fiéis;
- que exemplo oferece ela aos jovens que se devem preparar para o matrimónio.

Uma reflexão sincera pode reforçar a confiança na misericórdia de Deus que não é negada a ninguém».⁵

Trata-se dum itinerário de acompanhamento e discernimento que «orienta estes fiéis na tomada de consciência da sua situação diante de Deus. O diálogo com o sacerdote, no foro interno, concorre para a formação dum juízo correto sobre aquilo que dificulta a possibilidade duma participação mais plena na vida da Igreja e sobre os passos que a podem favorecer e fazer crescer»⁶ (AL 300).

Terceira etapa: “avaliação” da relação atual

9. Quando se diz “avaliação” não se pretende apenas nem principalmente uma operação de cálculo quantitativo ou mesmo qualitativo da vida de família. Este é um processo de discernimento espiritual. Daí que os instrumentos não sejam as estatísticas ou os números, nem apenas a interpretação de fenómenos sociológicos vividos na família. A “avaliação” é espiritual, ou seja, pelas moções interiores, ir percebendo onde Deus se revela e nos revela a Sua vontade. Os instrumentos são a Palavra de Deus, os documentos da Igreja, a oração pessoal, a partilha entre o casal e a

⁵ *Relatio finalis* 2015, 85.

⁶ *Ibid.*, 86.

partilha com o orientador espiritual. O que se pretende “avaliar” é essencialmente a estabilidade do casal e da família, a educação dos filhos, a prática religiosa, a vida espiritual e missão da família.

Para esta etapa do processo, propõe-se uma leitura guiada e acompanhada, com tempo e com calma, dos capítulos 3, 4, 5 e 9 da Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*. Este documento inclui diversas referências da Palavra de Deus e de documentos da Igreja que importa também ler, à medida que são citados ou referenciados pelo Papa Francisco. Pode ser uma etapa mais alargada no tempo que pretende, de facto, avaliar espiritualmente a qualidade de vida familiar. Mas vai muito mais além. Quer também suscitar sentimentos de gratidão pelo modo como Deus, apesar de esta não ser a situação ideal (que seria o matrimónio sacramental), tem estado presente e tem acompanhado a vida familiar. Com a leitura dos referidos capítulos da AL e com oração feita a partir dessa leitura, intenta também ir percebendo onde se pode crescer mais como família e na relação com Deus. E, como em todas as famílias, também esta terá necessidade de reconciliações, de pedir perdão e de perdoar. Pode ser um tempo de fazer simples propósitos para o futuro, para questionar-se se e como se pode inserir mais na vida da Igreja, etc. Esta

etapa (todo o processo, aliás) pode realmente ser uma fase de reinvestimento na relação e na vida familiar, seja qual for o desfecho do discernimento.

Quarta etapa: A tomada de decisão segundo a vontade de Deus

10. Percorridas as três primeiras etapas, recolhidos todos os dados, tendo tomado maior consciência da presença de Deus, tendo digerido espiritualmente, como indivíduos, como casal e como Igreja as várias fases de vida e os vários “movimentos interiores”, chega a fase de tomada de decisão. Aqui, de novo, não é demais insistir na necessidade de liberdade interior. Não se trata de fazer a minha vontade, mas a vontade de Deus. Podemos sempre enganar-nos, mas temos a obrigação de pôr todos os meios para reduzir ao máximo a margem de erro. Os passos desta etapa poderão ser (sempre feitos em oração):

- Rer as notas tiradas ao longo deste tempo e resumir o processo, anotando e sublinhando o mais relevante e significativo.
- Tomar consciência das consolações e desolações que foram vividas ou recordadas.
- Ler e meditar o capítulo 8 da Exortação Apostólica *Amoris laetitia*.
- Rezar Lc 12, 33-34. Onde está o meu tesouro?

- Rezar Mt 19, 1-9 e Mt 12, 1-8. O que sinto quando rezo estes textos?
- Agora sim, perguntar-me e perguntar a Deus o que devo fazer em relação ao acesso aos sacramentos. O que sinto, honesta e livremente, ser vontade de Deus para mim?
- O que me provoca consolação/desolação em tudo isto?

Chegados aqui, propõem-se dois passos finais:

10.1. Importa fazer um exercício de conclusão do discernimento, como se segue: Durante uma semana rezar e viver como se a decisão fosse não aceder aos sacramentos. Tomar consciência do que se vai sentindo, das moções espirituais, do que há de paz ou inquietação... Na semana seguinte fazer o oposto: rezar e viver como se a decisão fosse aceder aos sacramentos. E, como na semana precedente, tomar nota das moções espirituais. Assim, vai-se percebendo por onde Deus chama, o que dá mais paz, o que aproxima mais dele, da Vida e dos outros.

10.2. Para confirmar – ou no caso de não haver consolações e desolações evidentes –, através de um processo racional, e a partir de tudo o que se leu, rezou, partilhou e ouviu, faça-se uma lista, em duas colunas de *prós* e *contras* de aceder aos sacramentos. Compare-se. Não interessa tanto a quantidade de fatores que estão em cada

coluna, mas o “peso” de cada um. Um *pró* pode equivaler a muitos *contras* ou vice-versa. Noutro tempo, faça-se o mesmo processo com a possibilidade de não aceder aos sacramentos. É muito importante não misturar as duas possibilidades. É isso que, muitas vezes, confunde e torna o discernimento um labirinto. Saltar de uma possibilidade a outra fará com que não se avance. Só no fim, depois de “seleccionados” os prós e os contras de uma e de outra possibilidade, ver o que se revela mais evidente.

Findas estas etapas, com honestidade diante de Deus e com toda a liberdade, baseado no que se viveu em todo o processo, toma-se a decisão que parece ser mais conforme à vontade de Deus. Como afirmado no início, pode ser 1) aceder aos sacramentos; 2) não aceder aos sacramentos; 3) para já não, há passos ainda a dar na nossa vida, o discernimento deve continuar.

Confirmação da decisão tomada

11. O Processo de discernimento termina com a confirmação da decisão tomada. Um tempo forte de oração (propõe-se um retiro) diante do Senhor Ressuscitado, oferecendo-lhe a decisão. Deixar-se tocar pela Sua presença e pedir-Lhe que confirme a decisão tomada. De novo, liberdade, consolação e desolação tomam lugar essencial aqui. Tendo o processo sido bem

percorrido, se o Senhor não mostrar sinais contrários à decisão tomada, então, com liberdade, assumi-la.

Ao orientador espiritual não compete, propriamente tomar a decisão, mas, através do acompanhamento, assegurar que todo o processo decorreu como devia e reconhecer o papel da consciência das pessoas, já que “somos chamados a formar as consciências, não a pretender substituí-las” (AL 37). Se assim foi, deve também ele confirmar, por parte da Igreja, a decisão tomada. E, deste modo, dar por terminado o processo de acompanhamento, discernimento e integração.

Nota Final

12. Este percurso está pensado para decorrer ao longo de alguns meses, por exemplo, começar no início do ano pastoral (outubro – novembro) e terminar pela Páscoa (Quinta-feira Santa poderia ser um dia adequado para que aqueles cujo discernimento assim o ditasse poderem receber a comunhão eucarística). Mas, obviamente, ter-se-ia que adaptar a cada situação. Além de um verdadeiro discernimento, este tempo poderá certamente surgir como uma possibilidade de formação e investimento na vida espiritual pessoal e familiar.

Dado em Braga, na Solenidade de S. Geraldo, bispo de Braga
e padroeiro principal da cidade, a 5 de dezembro de 2017.

† D. Jorge Ortiga, Arcebispo Primaz

Índice

Introdução	5
I. Educar para a alegria do amor na família	7
II. Preparação para o Matrimónio	13
III. Acompanhamento dos jovens casais	20
IV. Critérios de orientação pastoral para aplicação do capítulo VIII da <i>Exortação Apostólica Amoris Laetitia</i>	25
Conclusão	37

Anexo

Proposta de elementos práticos para um processo de acompanhamento,
discernimento e integração de pessoas divorciadas em nova união civil

Introdução	39
O processo de acompanhamento e discernimento	41
Primeira etapa: a graça da Liberdade interior	45
Segunda etapa: fazer memória e exame de consciência do casamento sacramental	49
Terceira etapa: “avaliação” da relação atual	53
Quarta etapa: a tomada de decisão segundo a vontade de Deus	55
Confirmação da decisão tomada	57
Nota final	58

